

REVISTA

DO

Arquivo Público Mineiro

EDITADO POR

SECRETARIA DE CULTURA

Estado de Minas Gerais



Vol. I - Número 1 - Janeiro de 1933

EDITADO POR

SECRETARIA DE CULTURA

1933

I

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Com os dois tomos de que se compõe o presente número reaparece a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, cuja publicação esteve interrompida cêrca de quatro anos.

Os últimos dois tomos editados correspondem ao ano de 1933 e contêm leitura de véras interessante e proveitosa para os estudiosos da História de Minas.

No longo período de 41 anos de existência desta Revista ocorreram vários intervalos na sua publicação. O maior foi o de 1913-1921 (cêrca de 8 anos).

* * *

Antes de entrarmos a expôr o plano adotado para a organização dêste e dos subseqüentes números, que esperamos fazer sair a lume regularmente uma ou mais vezes ao ano, queremos, e devemos, renovar aqui, de maneira mais explícita e duradoura, o nosso agradecimento ao exmo. sr. Governador Valadares, digno Chefe do Estado de Minas, pelo ato espontâneo e generoso com que tanto nos enobreceu e penhorou ao nomear-nos diretor do Arquivo.

Confessamos que foi com um sobresalto íntimo, com uma impressão mixta de receio e de prazer — mais de receio que de prazer — que aceitamos tão honrosa e imerecida investidura. E' que melhor que ninguém conhecemos a nossa incapacidade para exercer satisfatoriamente o árduo e complexo cargo administrativo cometido à nossa notória incompetência.

Tão elevado é o nosso conceito das responsabilidades a êle inerentes, que ousamos dizer, sem risco de exagêro, que nos acercamos do novo pôsto assinado à nossa atividade com uma espécie daquele temor reverencial, daquele frêmito sagrado que soia saltar o sumo sacerdote hebreu ao penetrar no santo Tabernáculo onde se encerrava a Arca simbólica, depositária das Tábuas da Lei e do maná incorruptível e inconsumptível.

O simile nada tem de hiperbólico; a analogia nada tem de forçada ou impertinente, porquanto o Arquivo é bem a arca santa, o relicário imenso onde se guardam os livros do antigo testamento da História de Minas — o maná incorruptível e vivificante de que se nutriram, se nutrem e se nutrirão todos os cultores de nosso glorioso, se bem que mal conhecido passado mais que bissecular.

Não sabemos por que inesperada associação de idéias nos acodem à mente alguns fragmentos da sublime e imortal efusão lírica de Renan diante da Acrópole: ... "cheigo demasiado tarde ao templo dos teus mistérios; é carregado de remorsos que me acerco do teu altar; para te encontrar fôra mistér consumir-me em pesquisas sem conto... Quantas dificuldades estou prevendo! Quantos hábitos espirituais terei que mudar! Tudo pretendo tentar, mas falta-me a conclência em mim mesmo. Foi demasiado tarde que te conheci, ó beleza perfeita!"

E efetivamente: beleza perfeita só existe a do passado tranqüillo, insusceptível de vicissitudes e de alterações. Como ótimamente opina Eduardo Prado, entre as coisas incertas d'este mundo, a mais certa, com exclusão da morte, é o passado, cuja imutabilidade irrevogável nem os deuses tinham o poder de destruir. E, a propósito, cita a reflexão melancólica de Seneca: "In tanta inconstantia turbaque rerum nihil, nisi quod preterit, certum est: na grande multidão e inconstância das coisas só é certo aquilo que passou".

Para prova de que não é uma atitude adrede e ocasional, e sim uma antiga disposição de espírito a nossa em relação à importância do Arquivo, hoje sob nossa direção e responsabilidade, vamos reproduzir excerplos de um artigo de colaboração por nós escrito para um jornal do interior do Estado, quando da fundação da Academia Mineira de Letras:

El-los;

"... Educado na velha escola e à velha moda, a nossa mentalidade se plasmou nos moldes arcáicos, hoje tão menosprezados e até escarnecidos, da chamada cultura clássica. Isso explica, em grande parte, o motivo de sermos apologista convicto e entusiasta da restauração integral e onímoda do passado brasileiro.

Se não nos falecesse autoridade para opinar em matéria de tanta relevância afoitar-nos-íamos a propor, com o mais veemente e encarecido empenho, o estudo da nossa história sob um aspecto mais restrito e preciso, mais particularista, mais mineiro, em suma. E esse estudo não se limitaria a um culto meramente contemplativo, mas a uma pesquisa diurna e diuturna, a um estudo acurado e aturado da história de Minas — "Estudo, como os latinos entendiam esta palavra, quer dizer zêlo, quer dizer afeição, quer, enfim, dizer amor".

E que zêlo há mais legítimo e plausível, que afeição mais honesta e nobre, que amor mais excelente e edificante do que o empregado na indagação e conhecimento do magnífico acervo intelectual, do inestimável patrimônio histórico de Minas, muito mais valioso do que o opulento tesouro mineral latente no seu privilegiado subsolo?

Mas esse culto não deve ser meramente platônico, recreativo, inoperante, enfim: deve, traduzir-se numa incursão nos domínios mais remotos e nebulosos do passado, numa busca paciente e meticulosa nos escaninhos mais recônditos das bibliotecas e arquivos, públicos e particulares, afim de descobrir e arrecadar do poder de quem quer que os detenha, mediante pedido ou compra, os infólios mesmo encardidos, desbotados e esraçalhados, os documentos impressos, os manuscritos interessantes que ali jazem sonogados à publicidade, sem circulação e sem préstimo, nos limbos lóbregos e malsãos dos velhos casarões, na paz secular das arcas, armários e estantes velustos e carunchosos — à maneira das múmias hirtas e álgidas na quietude tenebrosa e macabra dos hipogeos faraônicos — só perturbada pelo rilhar surdo e imperceptível das traças.

Esse exame retrospectivo dos documentos do passado é de certo um emprêgo decoroso e benemérito da inteligência e um dos entretenimentos mais úteis e encantadores para as almas susceptíveis das emoções serenas e delicadas que soem dar-nos o contacto com as eras mortas e o colóquio com as gerações extintas.

Ademais, que bela obra de justiça, de reparação, tardia às vezes, mas sempre oportuna, não poderá levar a efeito a Academia Mineira de Letras exumando do limbo dos arquivos esses tesouros ignotos e solopondo-os aos olhos contemporâneos, à luz límpida e saudável da publicidade?

Obra de justiça e reparação, dissemos. E, de fato: Se, como assevera Montaigne, "en toute bataille où dix mil hommes sont estropiez et tuez, il n'en est pas quinze de quoy l'on parle" — quanta justiça tardia, quanto galardão seródio não virá a Academia conferir a tantos espíritos peregrinos, a tantos heróis obscuros que nesta grande terra de Minas se geraram, viveram, irradiaram talentos e virtudes memoráveis e prematura e despercebidamente resvalaram para a morte e para o esquecimento após uma trajetória intensa e às vezes pouco extensa, conhecidos e aplaudidos apenas num círculo restrito de amigos e admiradores em longínquos e ignorados rincões, sem deixarem um traço impressivo e vivaz da sua passagem pelo planeta!

São esses precisamente os dez mil homens estropiados e mortos cujo nome se perdeu para cederem lugar aos "nem quinze de quem se fala."

IV

Das linhas supra, redigidas em estilo um tanto enfático, característico da idade em que foram escritas, verifica-se que, já àquele tempo, não nos desinteressávamos pelas pessoas e coisas do nosso passado. Aquelas considerações se ajustam a rigor ao momento atual da nossa atividade como diretor do Arquivo. Vislumbra-se nelas uma espécie de antevisão e um esboço da tarefa que nos propomos agora executar.

* * *

Refletindo no melhor plano de organização da *Revista*, que é, sem dúvida, ao lado de outros órgãos de publicidade menos duradouros (o jornal e o rádio, por exemplo), o índice mais expressivo e o instrumento mais idôneo e eficiente para veicular e divulgar a atividade silenciosa, mas fecunda, desenvolvida no recinto da repartição a nosso cargo, fixamo-nos preferencialmente no propósito de exumar e fazer imprimir milhares de documentos manuscritos do mais subido e reconhecido valor e interesse, em grande parte só fragmentariamente publicados na *Revista* e cuja leitura tanto instruirá e deleitará os consulentes. Talvez se afigure demasiado forte a expressão *exumar*; tal não é, porém: efetivamente, muitos desses documentos, contrariando o teor do hexâmetro horaciano—"Quidquid sub terra est in apricum proferet aetas"—jazem inertes emudos nas estantes, relegados ao inglório e lamentável destino reservado a outros monumentos da humana vaidade e justificando assim o assêrto de outro poeta amargo e desencantado:

"Ciência difusa em mil papiros e alfarrábios,
Obras de que é a traça o mudo bibliognosta..."

* * *

AS MÁS CONDIÇÕES DO ARQUIVO

Por motivos que não nos cabe explicar e que, cômico das nossas graves responsabilidades, não podemos e nem devemos omitir, são de véras precárias, confrangedoras e indisturáveis as condições do prédio em que se acha estabelecido o Arquivo: e isso não pode e nem deve ser atribuído aos meus predecessores na diretoria, todos eles perfeitamente conhecedores desse estado de coisas e invariavelmente empenhados em remediá-lo.

O acondicionamento defeituoso do vasto acervo de códices, infólios, manuscritos, objetos de arte em que se compendia o nosso passado mais de duas vezes secular, resulta do fato de se achar a capa-

V

cidade do prédio grandemente restringida e prejudicada pela introdução, no mesmo, dos arquivos de outras repartições que lhe ocuparam todo o pavimento superior e as alas laterais. Daí a dificuldade de se proceder a um arranjo conveniente e completar a catalogação do vultoso e sempre crescente material nele abrigado.

No intuito de sanar, ou, pelo menos, atenuar esse grave inconveniente, pouco tempo depois de havermos assumido o exercício de nossas funções, redigimos, em resposta ao ofício do diretor do Departamento Administrativo da Secretaria do Interior, alguns dados e sugestões sucintos e rápidos acêrca dos serviços e das necessidades da repartição, destinados a informar a Mensagem que s. excia. o sr. Governador do Estado dirigiu à Assembléa Legislativa instalada a 15 de agosto do ano passado.

Reproduzimos alguns tópicos daquele documento:

... "Infelizmente, mau grado a dedicação indefessa e carinhosa com que os meus predecessores na diretoria se têm invariavelmente desobrigado das suas atribuições, não tem sido possível (talvez à mingua de verba e de pessoal necessário) cumprir o prescrito no art. 1.º, Cap. 1.º, do Regulamento a que se refere o decreto n. 860, de 19 de setembro de 1895.

A lei n. 126, de 11 de julho de 1895 (há precisamente quarenta e dois anos, portanto) criando o Arquivo Público Mineiro em Ouro Preto, assim lhe resumiu as finalidades: "...receber e conservar sob classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito constitucional, à legislação, à administração, à história, à geografia e, em geral, às manifestações do movimento científico e literário e artístico do Estado de Minas."

Basta a simples enunciação dos objetivos exarados nesse artigo para se avaliar a relevância e a complexidade dos serviços em cuja execução se tem de empregar a atividade do funcionário colocado à testa de sua administração. É tarefa ardua e que reclama labor e vigilância incessantes.

A um simples relance, salta aos olhos a impropriedade do prédio em que funciona a repartição. Ele está muito longe de preencher os requisitos de capacidade, de arejamento e de iluminação imprescindíveis não só para a acomodação e arranjo convenientes do preciosíssimo acervo de livros, documentos escritos e objetos de arte nele abrigados, mas para preservá-los da ação deletéria das intempéries e da agressão quasi invencível das traças e outros insetos daninhos que lhes põem em risco a existência e a integridade.

Mas qualquer providência tendente a corrigir tão deplorável estado de coisas se malogrará de todo ou será, pelo menos, pouco eficiente, se se não cuidar de removê-los para edifício próprio, dotado de todas as condições higiênicas e técnicas indispensáveis. O prédio atual, se bem que sólido e amplo, é destituído das condições

de bom arejamento, iluminação e salubridade e até de boa segurança, dado o mau estado do telhado, portas, janelas, algumas delas empenadas e com fechos emperrados e pouco prestadios. A primeira medida aconselhável, e que, *dada venia*, submetemos ao critério do Governo, é a construção de edificio adrede, apercebido de todos os requisitos arquitetônicos, higiénicos e técnicos, ou, não sendo isso possível, por não o comportar a nossa atual situação financeira, a trasladação do arquivo para outro local mais amplo, claro e confortável.

Sem o implemento dessa providência instante e inadiável, frustrar-se-ão ou, pelo menos, pouco valerão os esforços da diretoria e de seus auxiliares. Sanado esse defeito, facilitar-se-á grandemente a correção dos inconvenientes e senões de que se ressentem a atual organização. Mas, embora mal aparelhado o arquivo, e não podendo eu ter outra atitude senão a de "conservar melhorando", algumas medidas benéficas poderão ser desde logo adotadas: desafogá-lo da angústia de espaço que o oprime, mediante a remoção dos arquivos de repartições estranhas que estão ocupando o pavimento superior e as alas laterais do prédio; apercebê-lo de armários e fichários de aço destinados à guarda dos livros, dos documentos e dos objetos de arte, — sobretudo, dos preciosísimos manuscritos da época colonial, que, à falta de acondicionamento apropriado, se estão tornando quasi ilegíveis em consequência da luz solar que os desbota e das traças que não os poupam. O fornecimento desses utensílios não deve ser recusado, pois outras repartições mais modestas os têm sempre recebido.

Outra providência, de véras razoável, seria a criação e montagem de uma tipografia para a impressão de rótulos e endereços e de uma secção interna de encadernação destinada a atender às necessidades mais prementes desse serviço na repartição. Para isso, bastaria ampliar a verba do expediente e outras constantes da proposta do orçamento para o exercício de 1937, que há dias remeti a essa Diretoria".

* * *

Voltando ao assunto da publicação da *Revista*, cujas edições esperamos em Deus se sucederão doravante com a desejada pontualidade, renovamos agora o voto com tanto acerto formulado por José Pedro Xavier da Veiga, benemérito e saudável fundador e primeiro diretor do Arquivo, de que este se faça em tudo condigno da sua nobre finalidade: conservar religiosamente o material existente e arrecadar e coligir (e divulgar, acrescentamos nós) novos documentos que se acham esparsos pelos arquivos municipais e distri-

tais, nas paróquias e cartórios de tabeliães, ou alhures, mediante compra, quando possível, ou, em hipótese contrária, mediante cópia autorizada pelas autoridades civis e eclesiásticas. Franqueados os cofres onde se guardam esses documentos, de notória importância para a história e a geografia nacional, a comissões de funcionários competentes incumbidos de examiná-los, serão submetidos à apreciação do Secretário do Interior, mediante relatório em que se contenha um parecer acêrca da sua importância e autenticidade. Tais funcionários poderiam ser autorizados a fazer cópias, desenhos, fotografias, mapas ou descrições dos documentos ou monumentos interessantes que acertassem de examinar.

"Com serem poucos esses documentos (continua Xavier da Veiga) todavia não deixam de ser importantes aos olhos de quem ama a história do país. A essa providência, já aqui aventada e lembrada, cumpriria adicionar outras igualmente úteis e oportunas, que evitariam grande dispêndio de esforço, de tempo e de dinheiro.

Como é sabido, há pontos de história e de geografia referidos ou indicados de maneira diversa e contraditória pelos escritores. As vezes não se pode ajuizar de sua maior ou menor exatidão, sem conhecimento e exame prévio dos sítios em que se passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo princípios da ciência, a situação geográfica desses lugares, ouvida e averiguada a tradição oral e examinados os documentos, boa parte dos quais só poderão ser estudados em poder dos respectivos possuidores, pois consistem em títulos de propriedade. Difícil se torna a uma só pessoa examinar, discutir e decidir todos os pontos controversos, duvidosos ou desconhecidos da história ou da geografia de uma dada região".

Linhas adiante, escreve mul judiciosamente: "Desejariamos que comissões nomeadas *ad hoc* redigissem questionários acêrca do que por ventura exista nos diversos municípios e acomodado acf estudos especiais, a posição social das pessoas incumbidas do exame e solução das questões propostas, do exame do assunto designado".

A quanto sacrifício de tempo, de dinheiro e de trabalho se farrariam Minas e São Paulo, dizemos nós, se se tivessem adotado as providências alvitadas por Xavier da Veiga na exposição supra? Se assim fôra, talvez se simplificasse e acelerasse o trabalho longo e penoso das comissões encarregadas de ventilar e dirimir a velha e melindrosa questão de limites entre os dois Estados, felizmente levada a bom termo, este ano, graças ao cordial entendimento e às negociações, norteadas sempre pela maior elevação de vistas, serenidade e patriotismo dos Governadores dos dois grandes Estados e à atuação hábil e eficiente dos respectivos delegados incumbidos de estudar e resolver a velha pendência. A solução desse pleito me-

VIII

morável constitui um título de glória e benemerência para as duas administrações que lhe puseram termo vitorioso e decisivo.

A propósito, registramos aqui a promessa, feita pelo Jovem e brilhante advogado de Minas, o dr. Milton Campos, de nos enviar um transunto das negociações e conclusões desse litígio para publicarmos num dos nossos próximos números.

* * *

Como dissemos, o edifício do Arquivo é inadequado à sua finalidade, principalmente pela circunstância de se haverem nele estabelecido secções de outras Secretarias. Assim, lhe ficaram reservadas apenas nove salas, amplas, verdade seja, mas ainda assim insuficientes. Acresce a isso o mau arejamento e a iluminação escassa de algumas delas, o que forma ambiente propício à proliferação de insetos nocivos cuja ação daninha não se pode obstar ou sequer retardar, mau grado todos os recursos empregados para o seu extermínio e para a preservação de documentos, em alguns dos quais a escrita se acha quasi obliterada e impossível de ser reconstruída.

O mobiliário, além de exíguo, é de feitio mesquinho e anacrônico: nas salas ainda não invadidas por outras repartições enfileiram-se, ao longo das paredes, altíssimas estantes toscamente carpintadas, cujos ralos dificilmente comportam e suportam os livros de tamanho e peso descomunal, infólios e maços de documentos neles acondicionados com a ordem possível. As demais peças do mobiliário se ressentem de idênticos defeitos. Grandes rimas de livros e documentos sobrecarregam as velhas mesas que se estendem melancolicamente na penumbra do recinto. O material, copiosíssimo e sempre crescente, já invadiu e atulhou todos os vãos disponíveis. Em cima, em baixo e até aos lados das mesas há livros e documentos em tamanha profusão que chegam a estorvar o passo aos funcionários e aos visitantes. É tamanha a abertura que até os degraus da escada que, da portaria, dá acesso para o segundo pavimento, vergam ao péso de volumosas e compactas rimas de coleções de jornais e revistas, ali a custo acomodadas.

O aspecto exterior do prédio não é menos desagradável: a sua pintura é ainda a primitiva — do tempo da construção: nunca foi renovada ou relocada sequer. Disso podemos dar testemunho pessoal: há cerca de 20 anos residimos num prédio fronteiro e podemos afirmar que até a patina do tempo que lhe mancha hediondamente as paredes externas é a mesma daquela época remota.

O teto, paredes e assoalho estragados e encardidos reclamam urgente remodelação; bem assim algumas portas e janelas cuja ma-

IX

deira está empenada e corroída, com bandeiras e caixilhos desguarçados de vidraça e com os fêchos enferrujados e abalados.

Não estamos carregando propositadamente as cores do quadro para impressionar. O que escrevemos é a pura realidade, embora a nossa linguagem se afigure destoante dos estilos burocráticos; outro, porém, não pode ser o procedimento de quem, como nós, julga um dever improscritível de lealdade para com os superiores hierárquicos inteirá-los das mínimas necessidades do serviço público, pois acreditamos que eles devem querer bem conhecer para bem prover.

Firmemente empenhados em remediar tão desagradável situação, apelamos para o exmo. sr. dr. José Maria de Alkmim, jovem e operoso titular da Secretaria do Interior, à qual é o arquivo subordinado.

Aquiescendo prontamente ao nosso convite, s. excia. logo no início de sua administração visitou o prédio, percorrendo-lhe demoradamente as dependências e, ao retirar-se, externou a impressão nada lisonjeira acêrca do que lhe foi dado conhecer *de visu*. E folgamos de declarar que s. excia. para logo atendeu ao nosso pedido relativo ao fornecimento do mobiliário: já estão sendo fabricados os arquivos e fichários de aço para guarda de documentos e objetos de arte mais valiosos, e secretárias e cadeiras para os funcionários, em substituição das atuais, defeituosas e desconfortáveis. Foi concedida, e devidamente aproveitada, a verba destinada à compra de livros, à assinatura de revistas e jornais e à publicação desta *Revista*, e assim muito se enriqueceu a nossa biblioteca.

As más condições do Arquivo foram proclamadas de modo incisivo na mensagem de s. excia. o Governador do Estado à Assembléa Legislativa instalada a 15 de agosto do corrente ano. Nesse documento s. excia. deixa entrever melhores dias para a vida da repartição.

Transcrevamos o trecho que nos interessa:

"... Como importante elemento de cultura especialmente mineira, temos, por outro lado, o Arquivo Público do Estado, onde se encontram valiosos documentos da história e da geografia de Minas, bem como objetos de arte e reliquias representativas de nossa evolução.

Compreende-se a vantagem da articulação dos serviços de duas repartições assim congêneres em suas finalidades, embora seja mais particularizado o objetivo da última e mais geral o das bibliotecas. Tanto aquele como estas são visitadíssimos pelo público e, uma vez reunidos, prestariam melhores serviços.

O governo cogita, por isso, de entrosar os serviços das diversas bibliotecas e os do Arquivo, criando a Biblioteca do Estado

de Minas Gerais e fazendo-a funcionar em edificio de proporções amplas, dotado de todas as condições técnicas modernas e situado em ponto central da cidade.

Pretende, para esse fim, construir um prédio ou adaptar convenientemente edificio já existente. Tem sido examinada a possibilidade de aproveitar, para tal destinação, o edificio antigo dos Correios, prestes a ser desocupado pelas repartições postal e telegráfica.

A Biblioteca do Estado de Minas poderá ser anexado um museu do Estado.

No que se refere ao Arquivo Público, cabe-me esclarecer que o projeto não atende somente às necessidades do público, senão às da própria conservação do riquíssimo acervo de documentos, livros e objetos de arte abrigados naquela repartição e em risco de destruição, devido às péssimas condições do prédio em que se acha, mal arejado e exiguo". (O grifo é nosso).

Convencido de que a missão precípua desta revista é a de imprimir e propalar os documentos inéditos ou só esporádica e fragmentariamente conhecidos, apenas entramos a exercer a diretoria, iniciamos pessoalmente a tarefa de copiar o antigo e já bem rustido e desbotado códice n. 24 em que se contém as atas de vereação, termos do acórdão, de posse e de juramento da Câmara Municipal de Vila Rica, relativos ao período de 1716 a 1721.

Por feliz coincidência, veio-nos às mãos o vol. n. XLIX dos "Anais da Biblioteca Nacional", de 1936, no qual foram publicadas pela primeira vez as "Atas da Câmara de Vila Rica" do período de 1711 a 1715.

Nesse volume, à pág. 207, figura o "térmo de vereação que fizeram os yuizes e mais officiaes da Camera desta nova Vila Rica de albuquerque o pr.º Dia em que se aiuntaram."

Dêsse preciosíssimo documento mandámos tirar cópia calco-gráfica que inserimos no 2.º tomo desta Revista. Essa cópia foi feita com o maior cuidado e mais se não podia exigir, dado o mau estado de conservação do manuscrito original, já bem desbotado e quasi illegível em alguns passos.

A benemérita iniciativa do dr. Rodolfo Garcia, eminente director da Biblioteca Nacional, estimulou-nos a levar a cabo a cópia que havíamos encetado: e assim nos abalançamos a trasladar, de próprio punho, e *ipsis litteris et virgulis*, o códice mencionado, cujo texto perfaz um total de 147 fôlhas de papel, cobertas da grafia ex-

travagante e incongruente dos vários escrivães que officiaram no período colonial.

Sem o intuito de acentuar e encarecer o esforço despendido, facilmente apreciável pelos que lidam em atividades similares, afirmamos haver pôsto a maior diligência na transcrição de todo o livro; mau grado, porém, a conferência meticulosa, que fizemos, da cópia com o original, receamos não esteja o trabalho extremo de defeitos. Não fôra o propósito firme de levá-lo a têrmo pela certeza de sua importância e préstimo e arrepiariamos carreira a meio caminho, tantas as dificuldades que tivemos de arrostar. Aos leitores pedimos, pois, descontem na utilidade do serviço os muitos senões que o eivam e desdouram, atendendo à circunstância de ter o mesmo sido executado por quem, como nós, se estréia em tão arriscada aventura e é inteiramente jejuno em mister que demanda conhecimento perfeito da técnica paleográfica.

O mau estado do vetusto e venerando códice, algumas de cujas laudas já se acham grandemente estragadas, muito lhe dificultava a leitura, que, em alguns trechos, constituía verdadeira decifração. Só mesmo especialistas afeitos a manusé-lo e deletreá-lo seriam capazes de lhe interpretar e reproduzir o texto inçado de palavras e frases aberrantes de toda disciplina gramatical, característica do estilo dos escribas da época. Esses textos são, as mais das vezes, verdadeira "selva oscura" em que se desgarram e desatnam os mais atilados e intrépidos leitores.

Esforçamo-nos em reproduzir por menores todos os accidentes da escrita, ora omissa, ora redundante, dos serventuários que officiaram na lavratura das atas e termos e que, via de regra, transgrediam as mais mezinhas normas de ortografia pelo uso, ora parcimonioso, ora supérfluo dos sinais de pontuação, das abreviaturas e das maiúsculas, empregadas até no meio dos vocábulos. Com esse inconveniente concorria ainda a circunstância de haverem servido, num mesmo período de exercício, vários escrivães que redigiam cada qual a seu talante. Ainda assim, presumimos ter conseguido elucidar a maioria dos passos duvidosos e deparar aos leitores o códice na sua versão autêntica.

Se fôr bem acolhida essa tentativa, continuaremos a transcrever e a publicar outros manuscritos, igualmente preciosos, cuja leitura muito instruirá e deleitará os raros e apaixonados frequentadores desse gênero de literatura, cujo menosprêzo ou simples desconhecimento reputamos verdadeiro crime de lesopatriotismo.

Vêm a ponto aqui alguns excerptos de um magistral discurso lido pelo grande escritor Eduardo Prado em sessão magna do Instituto Histórico de S. Paulo, a 10 de novembro de 1898:

... "Desprezar o passado (e a mais forte expressão de desprezo por alguma coisa é não querer conhecê-la) denota no indivíduo degradação intelectual.

E de que vale, diz Cícero, a vida do homem, se a lembrança dos fatos anteriores não ligar o presente ao passado? — *Quid enim est vita hominis nisi memoria rerum veterum quæ superiorum aetate contextitur?*

Certamente o homem deve viver no seu tempo, mas a tendência para a contemplação do passado é um dom nobilíssimo da alma. Quem se aplica ao presente é quasi sempre movido pelo interesse. Quem trata do passado é desinteressado, e só o desinteresse enobrece, eleva e dignifica as aspirações dos homens.

"Salvar a Pátria pode ser e é, quasi sempre, o pretexto comum dos ambiciosos. Para estudar e conhecer a Pátria é preciso fazer-lhe o sacrifício do tempo e é preciso o amor, esse amor da Pátria, que um intrigante qualquer pode, por momentos, fingir, mas do qual uma vida votada ao estudo é a mais concludente das provas. *E será possível alguém amar o seu país sem saber e sem amar a sua História!*" (o grifo é nosso).

Glosando o que diz o eminente e saudosíssimo escritor, tão prematuramente arrebatado à vida, afirmamos que é esse sentimento patriótico e nobilitante que as Academias de Letras e os Institutos históricos e também o nosso Arquivo têm por missão desenvolver e propagar, sobretudo mediante a publicação desta Revista.

"Seria um erro, porém, (acrescenta o mesmo ilustre escritor) o acreditar que estas condições especiais de um país novo tornam impossível nêle o culto da tradição e o conhecimento afetuoso do passado. Esta transformação continua, esta instabilidade ao mesmo tempo destruidora e criadora afeta, sem dúvida, a vida material e o aspecto do cenário onde todos temos de representar o nosso papel. Isto é próprio do presente, porque, como com tristeza nos disseram tantos moralistas, quem diz presente diz mudança e diz incerteza. O patrimônio moral de um povo, porém, esse não pode estar sujeito a essas mudanças destruidoras: fica consolidado de modo eterno e inabalável no seu passado intangível. A cultura dessa riqueza é objeto do amor de todos os que prezam as tradições da raça, da língua, da religião, de tudo quanto, enfim, forma o objeto da História da Pátria. Só o povo que vela por essa riqueza é um povo civilizado.

"Um dos espíritos de mais extraordinária penetração que este século tem produzido, mas que tanto mal tem causado pelo erro moral das suas conclusões, Schopenhauer, sustenta que, sem o conhecimento da História, o homem não sairia da pura animalidade, e que a História está para a espécie humana como a razão está para o indivíduo..." E mais: "um povo que não conhece a sua própria história

está limitado ao presente da geração atual: esse povo não compreende nem a sua própria natureza nem a sua própria existência, na impossibilidade, em que está, de as relacionar com o passado que as explica e, muito menos, pode antecipar alguma coisa do futuro: sómente a História pode dar a um povo a inteira consciência de si próprio".

Ninguém preconizou melhor o valor do estudo do passado do que o eruditíssimo e acatadíssimo escritor cujas judiciosas e patrióticas palavras despertam nos ânimos mais tibios e impermeáveis ao interesse pelos estudos históricos uma sadia e profícua curiosidade. Tão contagiosa é a força persuasiva do discurso citado que o torna digno de ser divulgado na íntegra e não só fragmentariamente como agora estamos fazendo.

Nada mais oportuno, mais imperioso que suscitar nos brasileiros o desejo de conhecer a sua pátria "nos aspectos do seu vasto céu, do seu largo solo e na memória dos fatos de sua história".

E' freqüente ouvir (e quantas vezes não o ouvimos!) dos nossos patricios não só jovens e pouco ponderados, mas de alguns que campam de argutos e letrados, remoques levianos, sublinhados de sorrisos irônicos e contemptores, quando se acerta de falar na História do Brasil, que eles malsinam com o epíteto injusto e desprimoroso de "chata"... Para esses diretamente vale lembrar o seguinte tópico, tão conceituoso e verdadeiro, do grande escritor que vimos citando:

"Quem se dedica à História do Brasil não se encerra dentro de uma especialidade árida e estreita. Desde a época da descoberta, nenhum grande fato europeu deixou de ter a sua repercussão no Brasil ou de influir nos nossos destinos. Si alguém entre nós fizesse a experiência de ensinar a um adolescente a História do Brasil, explicando-lhe sucessivamente os acontecimentos da História da Europa e pintando-lhe os personagens à medida que em nossa história fôsem aparecendo os efeitos daqueles acontecimentos ou a influência daquelas figuras, esse adolescente acabaria sabendo não só a história da sua pátria, mas também quasi que a história do velho mundo nos últimos três séculos".

Merece menção distinta o trecho final da magnífica peça oratória que vimos reproduzindo e comentando: "Para amar e estudar a nossa história não é preciso que ela seja, como é, bela e grande. Basta ser nossa. Não nos esqueçamos de que aos povos, mais do que aos indivíduos, obriga o preceito da antiga sabedoria: "conhece-te a ti mesmo"..."

Não raro se ouvem também exclamações de espanto, de ênfase quando se alude ao prazer ministrado pela leitura dos velhos manuscritos amarelados e rendilhados pelas traças. Pois essa leitura nada tem de prosaica e fastidiosa; muito ao contrário: constitui um entretenimento instrutivo e atraente; proporciona o conhecimento exato do passado e dos seus monumentos mais insígnies; dá ensejo a que se resolvam ou, pelo menos, se elucidem tantos e tão interessantes problemas que até hoje jazem obscuros e controversos a desafiar a crítica dos estudiosos; incute em todos os brasileiros um amor mais conciente e definido, e não apenas vago e ineficiente, como até agora, pelo nosso rico patrimônio moral e material e suscitará o cuidado de mantê-lo íntegro e vivaz.

Ao toque galvânico da imaginação aqueles códices, aparentemente inertes e exânicos, adquirem uma vida real e palpitante. E ante os olhos atônitos de quem acerta de os folhear com atenção e carinho opera-se uma palingenesia miraculosa: aquelas láudas murchas e áridas se desabotam, se enfloram e trescalam numa verdadeira ressurreição primaveril. E toda uma turbamulta de pessoas e coisas dotadas de realidade e frementes de vida desfila e povoa-nos o espírito das mais pitorescas e sugestivas visões do nosso passado histórico, tão magistralmente evocado nas páginas, infelizmente pouco frequentadas, dos historiógrafos, cronistas, novelistas e poetas, na tela dos nossos pintores, no mármore e no bronze dos nossos escultores, nacionais e alienígenas, todos atraídos e inspirados pela grandeza e beleza da nossa paisagem e da arquitetura dos nossos monumentos de arte religiosa e profana, espalhados pelas nossas cidades históricas, Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Congonhas, Sabará, São João Del-Rei, Tiradentes, Caeté e outras, — Ouro Preto, sobretudo, a "alma parens" da nossa civilização, tão bela e justamente cognominada por Diogo de Vasconcelos: "a cidade-fortaleza, a cidade-escola, a cidade-templo"...

E' precisamente nesses velhos e esquecidos documentos que se têm vindo abeberar, como num manancial cristalino e inexaurível, tantos espíritos de escol representantes das mais altas e variadas manifestações científicas e literárias e cujas obras — crônica, novela, poema — tanto enaltecem e prestigiam a nossa inteligência e a nossa cultura. Escusamo-nos de nomear, de enumerar sequer, as grandes figuras das ciências, das letras e das artes, das mais variadas procedências e categorias, que escreveram páginas memoráveis sobre a nossa terra e a nossa gente, desde os primórdios da nossa história.

Das laudas esmaecidas dos velhos códices e infólios perspira e transluz toda a vida progressa de Minas, em todos os seus aspetos e vicissitudes: na odisséa épica das bandeiras, na alvorada do descobrimento, nos episódios dramáticos do seu povoamento, na azafama dos seus exploradores, nas rebeliões contra a Metrópole, na pompa mirabolante das suas festividades, tais como o "Triunfo eucarístico" e o "Aureo Trono episcopal", cujo fausto fabuloso e deslumbrador a fantasia mais atrevida e delirante a custo visiona ou adivinha siquer; na glória imarcescível dos seus poetas, nos anhelos e tentativas de liberdade dos seus conspiradores mal afortunados, e no martírio do Tiradentes.

Aquele tempo, Vila Rica "a mais opulenta cidade do século XVIII", no conceito de Cesar Cantú, era uma segunda Meca do Ocidente, um verdadeiro caravansará polimórfico e policrômico de tipos, de cenas, de costumes: nas suas praças, ruas e vielas íngremes e tortuosas, cirandavam, tumultuária e febrilmente, num enxame fremente e sussurrante, figuras de todas as classes: do clero, da nobreza, do foro, da milícia, do fisco, das profissões liberais, das artes e dos ofícios mais variados, e nesse conjunto predominavam os caçadores de ouro e de gemas preciosas, tangidos e empolgados pela paixão obsessiva da mineração, pela cubiça incoercível do "vil metal nunca desdenhado, mas antes gulosamente apeteçido". Espalhavam-se pelos mercados, pelos ranchos, pelas pontes, pelos chafarizes junto aos quais se revejavam altercando, praguejando, motejando, rindo e, sobretudo, entretendo-se em cuscovilhices e cochichos maliciosos... Ali, como em toda parte do mundo, os chafarizes de pedra, "todos barrocos, com as suas torneiras de ferro, suas carrancas e suas bacias limosas, jorrando dia e noite", eram o logradouro mais frequentado; em de redor deles adunavam-se escravos, negros do ganho, aguadeiros, lavadeiras, quitadeiras e pagens, a joeirarem no crivo da maledicência toda a vida social, como nos célebres versos de Shelley:

"And round its conch-life basin, day by day,
The village gossips gather, young and old,
And all our village life is canvassed there
And all its doings and misdoings told..."

Ou, em máu vernáculo:

"Junto à bacia em concha as comadres se ajuntam,
Velhas e moças, dando à língua diariamente;
Toda a vida da aldeia ali é peneirada
E ações boas e más narradas miudamente..."

Tudo isso lateja e palpita nas páginas pouco manuseadas dos velhos documentos, que só deixam de falar às almas frívolas e refractárias à vida e à poesia do nosso passado histórico. Mas nas almas vibrantes e delicadas que sabem entendê-los e conversá-los, eles encontram a ressonância mais deliciosa e encantadora, capaz de inspirar, como tem inspirado, as mais belas e eloqüentes locuções dos nossos artistas, que as têm fixado, com maior ou menor relevo e esplendor, no papel, na tela, na pedra, no metal, na madeira (cientistas, cronistas, poetas, pintores, escultores, gravadores, iluministas, alvencis, loreutas e lavrantes).

*
* *
*

O CONTEÚDO DESTES NÚMEROS DA REVISTA

Se bem que nos parecesse preferível fazer imprimir e divulgar os inúmeros e interessantíssimos documentos manuscritos, pela maior parte inéditos, acumulados no Arquivo, resolvemos franquear espaço a todos os estudiosos de assuntos concernentes à história de Minas para a publicação de seus trabalhos. Nesse intuito, dirigimo-nos em carta e verbalmente aos mais acatados cultores da especialidade, solicitando colaboração. Vários aquiesceram gentilmente ao nosso apêlo e contribuíram para este número; outros prometeram fazê-lo oportunamente. Distribuímos a matéria em dois tomos: o primeiro, reservado aos artigos de colaboração; o segundo, à publicação de textos trasladados de códices antigos — tais como, o livro n. 4, em que se contém as atas de vereação, os acórdãos, termos de posse e de juramento da Câmara Municipal de Vila Rica, referentes ao período de 1716 a 1721; o livro n. 25, onde se deparam os termos das Posses dos Senhores Gerais e Capitães gerais de Minas. Nêle, à pág. 2, no alto, lê-se:

“N. 21.

Livro 21 há de servir para se lançarem nelas os termos das posses dos Govres., e capes. Gerais destas Minas.

O termo abaixo escrito se acha lançado no 2.º L.º dos três no qual livro por engano do Secret.º Manoel da Affonsc.º de Azdo. lançou outros termos que não devia lançar, e por esta razão se passou por trêslado neste livro.”

O 1.º termo tem a data de 18 de agosto de 1731 e foi lavrado pelo escrivão João da Costa Carnr.º e trasladado em 2 de junho de 1731. O 2.º (fls. 3v), de 26 de Março de 1735, foi lavrado por Jozeph Leitam, secretário do Conde das Galveas.”

À pág. 4 encontra-se a “carta escrita em Lisboa ocidental a 4 de janeiro de 1735”. Tem a assinatura do então Rei de Portugal a Go-

mes Freire de Andrada, Governador e Cap. General da Capitania do Rio de Janeiro.

Reproduzimos, em cópia calcográfica, todo o teor desse livro e, ao lado, o texto impresso; este texto já foi publicado no fascículo 1 da Revista, no ano IX, de 1904, de pág. 307 a 333.

Reproduzimo-lo por haverem sido omitidas algumas assinaturas, sob a alegação de se acharem indecifráveis. Procuramos decifrar mais algumas. Damos também a cópia calcográfica da primeira ata da instalação da Câmara Municipal de Vila Rica de Albuquerque, criada a 8 de julho de 1711; a do discurso proferido pelo imperador Dom Pedro II, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A primeira ata da Câmara de Vila Rica mandamos copiá-la do Códice respectivo, que estranhámos não esteja no Arquivo Público Mineiro, e, sim, na Biblioteca Nacional, em cujos anais do ano passado (pag. 201) foi inserta.

O discurso, que traz a declaração de ser do próprio punho de Dom Pedro II, nos foi obsequiosamente cedido pela exma. D. Angélica de Rezende Garcia, esposa do dr. Antônio Garcia de Paiva, distinto clínico residente nesta Capital, e bisneta do dr. Estêvão Ribeiro de Rezende, marquês de Valença.

Pareceu-nos simplesmente litografado. Em todo caso, não deixa de ser interessante.

Esse documento vai acompanhado da transcrição integral da ata da sessão do Instituto Histórico realizada a 15 de dezembro de 1849, e figura à pág. 550, tomo XII da Revista daquele Instituto. Figuram também no 2.º tomo algumas páginas calcografadas do Códice das atas de vereação e de assinaturas de alguns presidentes, juizes, procurador e vereadores da Câmara de Vila Rica.

Os trabalhos de colaboração se nos afiguram todos meritórios, pois são firmados por alguns dos mais competentes e estimados cultores de assuntos relativos à história mineira. Publicamo-los na ordem em que os recebemos dos respectivos autores.

Abre a série a primeira parte do volumoso trabalho “Genealogia Mineira”, de Artur Vieira de Rezende e Silva.

Seguem-se-lhe “Nótulas sobre a toponímia geográfica em Minas”, Bambuí (etimologia e interpretação do nome); “Fatos e casos da nossa língua no Brasil (a propósito do brasileirismo *mexerica* e *mixirica*)”; “Africanismos ocorrentes na linguagem brasileira”; “A palavra *gaúcho*, sua origem e várias etimologias”; “Os índios charúas (estudo etnográfico)”; “Onomástica indígena (nomes próprios masculinos e apelidos derivados de línguas indígenas)”; “Principais povos selvagens que habitaram o território de Minas Gerais (resenha etnográfica)”; “Bemvidos sejam a Minas Gerais os Príncipes reais Ingleses”; “Aspectos típicos do Brasil nas várias regiões e atra-

vés dos Estados Brasileiros" e "Um estadista da República: João Pinheiro" — todos êstes do illustre polígrafo e professor dr. Nelson de Senna.

(Os trabalhos de Artur Rezende e de Nelson de Senna são publicados em separata, o primeiro em 1.000, e o segundo, em 300 exemplares).

Seguem-se-lhe "Questões históricas — o Esquartejado de Vila Rica" — polémica travada sobre êsse interessante e controvertido episódio da nossa história entre o sr. dr. Feu de Carvalho e o professor Assis Cintra; "Onde morreu Cláudio Manuel da Costa", do dr. Lúcio José dos Santos; "Poetas de Vila Rica", inédito, do illustre e saudoso historiador Diogo de Vasconcelos; "Vultos esquecidos da Independência Nacional" e "Retalhos históricos", do dr. Salomão de Vasconcelos, e "Natureza jurídica dos quintos", do dr. Afonso dos Santos.

Cumprido dizer que nos artigos de colaboração respeitamos fielmente a ortografia dos respectivos autores.

Dentre a matéria de colaboração destacamos em nota mais desenvolvida e especial a "Genealogia Mineira", da lavra do escritor mineiro, sr. Artur Vieira de Rezende e Silva, colocado pelo erudito e competente historiador Afonso Taunay entre os nossos linhagistas de primeira plana, ao lado de Aurélio Porto, Fr. Negrão, Borges Fontes, Samuel Soares de Almeida, Wanderlei Pinho, Pedro Calmon, Leôncio Ferraz e outros.

Fazemo-lo em retribuição ao imenso obséquio, que nos fez, de ceder, em primeira mão, o seu vultoso e valioso trabalho, cuja segunda parte nos será igualmente remetida.

A nota aludida vai inserta em tipo maior neste mesmo tomo da Revista, onde publicamos também outra nota sobre o trabalho inédito de Diogo de Vasconcelos.

MUSEU DO ESTADO

Na Mensagem enviada à Assembléa Legislativa de Minas o ano passado pelo exmo. sr. Governador do Estado, alude s. excia. à possibilidade de ser anexado à Biblioteca do Estado de Minas um museu do Estado.

Nenhuma iniciativa nos parece mais plausível e oportuna do que a criação do Museu com que nos acenou o illustre estadista. Levando-a a efeito, s. excia. há de impôr-se ainda mais à estima, à admiração e ao reconhecimento de todos os mineiros. Essa providência preencherá uma lacuna lamentável e sempre lamentada e realizará uma aspiração longa e ansiosamente sentida e proclamada por todos os que amam e prezam o patrimônio moral e material de Minas, representado nas relíquias de arte do seu glorioso passado. Ela nos

anima a esperar que, obtido prédio condigno, poderá o Arquivo empreender a organização do museu, e que serão incorporadas outras peças às já existentes na sua pinacoteca e na sua coleção de moedas e outros objetos de subido valor artístico. No projeto da organização do museu, há tanto desejado e sempre protraído, poderia incluir-se a aquisição, por compra ou por oferta obsequiosa, de tantos artefatos esparsos em várias localidades de Minas. Mas êsse plano só será exequível com o bafejo dos poderes oficiais e com a condição, ainda inexistente, de se construir um edificio suficientemente amplo e bem aparelhado para acomodá-los.

A inferioridade em que nos achamos nesse particular em face de muitas nações cultas e até de outros Estados da União como São Paulo, Rio Grande, Bahia e Pernambuco, é flagrante e vexatória.

Urge preservar do assalto e da destruição o patrimônio restante e já grandemente desfalcado. Urge encetar-se uma campanha vigorosa e tenaz a efeito de acentuar-lhe e enaltecer-lhe o valor e a necessidade de mantê-lo intacto e completo. Urge opôr um dique à evasão e ao dismantelo como vem acontecendo. Assim se evitará o desaparecimento e dispersão de tantas jóias artísticas que vão fazer a fortuna dos mascates de *bric à brac* que, há algum tempo e ainda hoje, qual praga de gafanhotos vorazes e insaciáveis, flagelam as nossas igrejas e os nossos solares senhoriais e os espoliam de quanta preciosidade artística os exorna: lustres, tocheiros, candelabros, alfaias e, ao que consta, até objetos destinados ao culto sagrado, arcas, armários, contadores, cofres, relógios, armas, instrumentos, estátuas, vasos, brasões, "bibelots", camafeus, colares, braceletes, brincos, anéis, leques, moedas e medalhas, louça e baixela, verdadeiras relíquias do mais fino labor artístico e tradicional.

O inventário e tombamento por menores e cabal do nosso opulento patrimônio artístico o resguardariam das investidas e da apropriação por parte da turbamulta gananciosa e rapace de traficantes alienígenas (judeus principalmente) que depredam os nossos templos e os nossos lares das peças mais preciosas e raras do seu mobiliário, que não raro adquirem a preço irrisório e transportam para alhures ou para dentro do próprio país, onde ainda se deparam decorando anacrônica e grotescamente alguns interiores domésticos ou atravancando "pê-le-mêlé" as alfurjas lobregas, sórdidas e malsãs dos adêlos.

Causa pasmo a indiferença ante o grave fenômeno de desnacionalização dos nossos hábitos da vida diária e de esquecimento e de desapêgo da tradição. Êsse menosprezo ou inconsciência dos nossos valores constitue um gravíssimo sintoma de decadência e de dissolução. Como bem pondera Eduardo Prado, que voltamos agora a citar, êsse fenômeno é, até certo ponto, o resultado da nossa ruptura com o passado, dessa lamentável emancipação da sua autoridade.

"Vemos que a casa, símbolo e templo da perpetuidade do lar, se desorganiza para sempre ao partir e muitas vezes antes de partir o chefe para a eterna viagem. O móvel patriarcal desaparece; a sólida prata familiar (e até a dos templos sagrados, acrescentamos nós) se troca em vil cristofle de Paris; o retrato do bisavô, aos azares das mudanças, vai caminho dos quartos escusos, quando não perece, em combate desigual, aos golpes da travessura selvagem dos pequenos telanetos insofridos.

Sem dúvida, toda esta dispersão e o fato de ninguém morrer hoje onde nasceu, são coisas devidas ao presente regime legal e econômico da família, apenas forçadas conseqüências sem remédio da moderna organização da vida. Em relação à propriedade, quasi tudo isto é inevitável. Quem pôde, num país que cresce e se transforma, esperar que a morte o venha encontrar na mesma casa onde entrou no mundo? O destino pode levar o homem a terminar a existência numa cidade mais nova do que ele, surgida da terra depois dele surgir para a vida, ou de tal modo transformada que nada reste da cidade onde ele abriu os olhos à luz. Seria um erro, porém, acreditar que estas condições especiais de um país novo tornam impossível nêle o culto da tradição e o conhecimento afetuoso do passado".

Sábias e patrióticas palavras que vêm abonar a nossa tese relativa à necessidade de conservar os monumentos históricos e tradicionais.

Vêm a ponto também neste passo os conceitos contidos num artigo agora publicado no "Estado de São Paulo" pelo ilustre escritor e professor Plínio Airoso, que versa magistralmente a matéria de que nos estamos ocupando e reforçam e prestigiam as nossas mal ordenadas e mal redigidas considerações.

Lamentando a falta de museus, de galerias de arte, de educação tradicionalista, e, pois, de tendências conservadoras, assim se enuncia o brilhante intelectual no artigo sob a sugestiva rubrica "Contra o vandalismo".

"Vivemos em nossa terra como se fôssemos hóspedes em trânsito, desprovidos dos pequenos munduês que prendem pela evocação e pela ternura os homens ao seu lar, à sua cidade, à sua pátria.

Em Paris, uma rua perdeu o seu alinhamento só porque ali existia uma árvore plantada por Victor Hugo. Berlim abriu por entre avenidas suntuosas espaço imenso só para recompôr com os restos abandonados de um templo grego o museu de Pérgamo. Londres não se envergonhou de exhibir, há pouco, na coroação do rei, carruagens e trajes e costumes que datam de séculos.

Enquanto isso, o cosmopolitismo nos domina e nos desfigura, tirando-nos a possibilidade de formar uma consciência nacionalista sensata e resistente, capaz de, por simples ação de presença, impedir

vandalismos e animar os que querem para o Brasil o que querem os alemães para a Alemanha e os franceses para a França.

Urge uma campanha em prol da formação de uma mentalidade histórica e artística que possa orientar os legisladores quando tenham de elaborar leis garantidoras dos nossos bens culturais..."

Confiando seguramente que se realize em breve tempo a promessa alviçareira e confortadora, constante da Mensagem do sr. Governador Valadares, de anexar um Museu à Biblioteca do Estado, permitimo-nos a liberdade de aduzir mais algumas considerações sobre o assunto que reputamos da maior relevância e atualidade.

Para que o nosso patrimônio artístico fique a salvo do risco de ser diminuído e maltratado, cumpriria proceder-se a um tombamento completo do material existente e adotar medidas assecuratórias da sua integridade, extensivas também ao patrimônio histórico, etnográfico e arqueológico já grandemente desfalcado com a apropriação e remessa dos mais raros e preciosos espécimens para os institutos congêneres da Europa e da América do Norte. Essa providência, presumimos, não se há de fazer muito esperar, pois tem sido objeto de comentário e debate pela imprensa, com a mais simpática aquiescência por parte dos nossos intelectuais. Só mediante um tombamento minucioso e completo dos nossos tesouros artísticos e históricos se logrará coibir a pilhagem abusiva e nefasta dos mercadores e contrabandistas, não raro mascarados de cientistas, com credenciais extorquidas à boa fé dos respectivos governos.

Prosseguindo no empenho de bem servir a nossa terra, e desejando sinceramente colaborar, na medida do nosso pouco préstimo, com a atual administração, para a prosperidade e a glória de Minas, procuramos coligir nas melhores fontes alguns informes relativos à matéria de que nos estamos ocupando.

Premunindo-nos contra a pecha de plagiário, vamos respigar nas mais autorizadas publicações relativas ao assunto o que nos parecer mais conveniente.

A propósito da projetada grande Exposição de Paris, lemos numa revista longo e bem redigido artigo que de véras ilustra a quem se interesse pelo caso vertente.

"A Museografia não é, como geralmente se pensa, mera arte de arranjar museus: constitui, ao lado do cinema escolar, um ótimo método de ensino, hoje que o elemento visual é empregado na difusão das mais variadas disciplinas. É um sucedâneo ou, antes, um poderoso auxiliar dos livros e das conferências. É uma ciência e uma arte, uma dialética pelo objeto da evolução cultural tanto como uma lógica estética".

É sabida a atenção desvelada, o culto acendrado e incessante que os mais adiantados países votam aos museus. Bem se avaliará isso visitando-se a atual Exposição Internacional de Paris. A

secção de Museografia inicia-se all numa sala que ostenta a evolução dos museus e a sua actual actividade no mundo, e se succede numa série de "maquettes" representativas dos seus diversos tipos. Vem depois um museu de história literária, outro de etnografia, consagrado à casa rural na França. A esse conjunto pode associar-se o Instituto de Cooperação Intelectual, cujo escôpo é exprimir a fraternidade internacional e constitue uma espécie de museu social onde se afirma a identidade cultural dos povos mais diversos. Há vários museus infantis onde o movimento da humanidade e a influência dos grandes homens, pelos meios mais simples, se tornam sensíveis à alma das crianças; o museu de folk-lore, estabelecido no ar livre como na Escandinávia; o museu que se propõe reviver o quadro de uma época; o museu classificado pelos gêneros como o do Louvre; o museu moderno, onde cada obra é posta em realce; o misto, comentado por abundantes legendas explicativas; o histórico, que reconstitue a grandeza militar de uma época; o científico, enfim.

A representação das artes é maravilhosa: nos mostruários, jóias colocadas sobre um fundo obscuro, iluminadas directamente, assumem relêvo e esplendor incomparáveis. A beleza dos vasos e das estatuetas se acentua e se aprimora com a iluminação indirecta.

Mas, encarando particularmente a tentativa do museu de história — mais intimamente relacionado com a vida do Arquivo — é interessantíssimo e convincente o que se observa na secção respectiva da Exposição Internacional, de que vimos tratando.

Não bastam os textos escritos e as fotografias alinhadas ao longo das paredes. Instrumentos, "maquettes" e iluminuras antigas, bellissimas e preciosas para a intelligência do assunto, formam o essencial. Na Exposição supramencionada pouca coisa reveste um cunho de novidade mais aguda e atraente do que a secção de museografia.

Do substancioso artigo por nós reproduzido com a possível fidelidade podemos deduzir algumas sugestões aproveitáveis para a organização do museu que se houver de anexar ao Arquivo Público Mineiro.

O nosso museu deverá ser dotado de salas amplas, aclaradas com luz directa, indirecta, convenientemente cromatizada, para realçar os objetos dispostos artisticamente no recinto: ao longo das paredes alinharem-se textos que contenham, impressos em tipos grandes e nítidos, os episódios mais relevantes e expressivos da nossa história; retratos das figuras mais notáveis e influentes, no cenário mineiro, nas ciências, nas letras, nas artes, na política, na administração, na magistratura, no magistério, no clero, na milícia, etc.; fotografias dos sítios e monumentos e artefactos mais belos e memoráveis; mostruários (e não simples armários opacos) onde se acondicionem e apareçam, convenientemente ordenados, etiquetados e explicados, os

objetos artísticos — jóias, vasos, jarras, laças, estatuetas, medalhas, moedas, etc.; coleção sistematizada de mapas, desenhos, originaes ou fac-similados, dos documentos mais preciosos e interessantes; bustos, medalhões e fotografias representativos dos personagens mais graduados — reis, governadores, prelados, religiosos regulares e seculares, militares, cientistas, literatos e artistas de todas as especialidades.

* * *

BIBLIOTECA

Máu grado a crise determinada pela Grande Guerra que, já atenuada em alguns ramos da economia mundial, faz sentir, os seus efeitos na edição de obras de erudição, a actividade bibliográfica não arrefeceu nem diminuiu. Mesmo no Brasil esse fenómeno ocorre intensamente. Nunca como actualmente se imprimem e se reimprimem livros do maior valor e interesse concernentes a todos os ramos do saber — à história, à paleografia, à geografia, à antropologia, à numismática e outras mais, ligadas à finalidade dos Arquivos.

Dentro dos limites da verba disponível, e que fôr justo ampliar, adquirimos livros e revistas referentes a esses assuntos. Adquirimos uma coleção completa de dicionários de várias línguas e quasi todas as publicações da Brasileira da Empresa Editora Nacional. Se, como esperamos, fôr aceita a nossa proposta de aumento da dotação orçamentária para esse fim, continuaremos a enriquecer a nossa biblioteca, ainda pouco extensa e variada, de obras indispensáveis para a justa curiosidade dos consulentes, não raro decepcionados com a falta inexplicável de algumas, imprescindíveis em repartições congêneres — sobretudo as concernentes à história e à geografia de nossa terra.

Cabe aqui um apêlo instante a todos os escritores patrióticos para que enviem ao Arquivo Público Mineiro um exemplar das obras que publicarem. Assim ficarão elas bem conservadas e poderão ser todo tempo encontradas mesmo quando se esgotem as respectivas edições.

* * *

SECÇÃO DE BIBLIÁTRICA

Outra secção digna de se criar no Arquivo será a de bibliátrica (arte de restaurar velhos livros danificados pelas traças ou pelo tempo).

Embora se trate de uma inovação entre nós (em outros países se pratica largamente) a bibliátrica, que exige um corpo de técnicos, pois constitue verdadeira especialidade, poderia prestar serviços

inestimáveis numa repartição, como esta, referida de raros e preciosos livros, de códices em deplorável e dificilmente reparável estado de conservação.

Essa providência, grandemente benéfica e oportuna, nos foi sugerida pela leitura de um magnífico artigo de Eduardo Friciro.

Tencionávamos transcrever e comentar alguns tópicos da interessante "Nota do bibliófilo", constante de um dos últimos boletins literários que o eminente publicista sóe escrever semanalmente para a "Fôlha de Minas". Prescindiremos, porém, de fazê-lo; e a razão dessa prescindência é que, por mais que meditássemos e desenvolvéssemos a matéria, jamais lograríamos expô-la com tamanha clareza e proficiência como o fez o doutíssimo intelectual, certamente o nosso mais terso, elegante e harmonioso prosador contemporâneo. Vamos, pois, *data vénia*, inseri-la na íntegra neste lugar:

"Existe uma arte de restaurar velhos livros que sofreram as "injúrias do Tempo" — preciosidades bibliográficas, naturalmente, — como existe uma arte de restaurar velhos monumentos arquitetônicos ameaçados de ruína.

"A arte de restaurar velhos livros, chamada "bibliátrica", é uma arte delicada e difícil, que exige da parte de quem a exerce a máxima habilidade e muita paciência.

Inúmeras causas concorrem para a doença, a ruína e a morte dos livros. As principais são a umidade, os insetos, os roedores, o pó, o mau papel e o empilhamento ou amontoamento opressor. O caruncho causa enormes estragos; mas muito mais nocivo às bibliotecas, por ser o grande responsável pela deterioração do papel, é o mofô ou o holor, a vegetação criptogâmica que se forma sob a influência da umidade.

"Os livros acham-se expostos ainda a outros estragos, como sejam as manchas, os rasgões, as quedas e os golpes, as dobras, as rugas e mais ofensas graves ou leves. Tais ataques à saúde do livro, que se repetem e agravam com o correr do tempo, arruinam a sua existência e provocam a sua destruição.

"Um livro bem conservado pode viver séculos. Há uma higiene e uma terapêutica do livro. Conhecem-se meios para a preservação dos males que comumente o atacam. E existem remédios para as suas doenças mais freqüentes. Há toda uma biblioterapêutica preventiva e curativa e uma biblio-macrobótica com regras para prolongar a vida dos volumes impressos.

"A um livro velho, decrépito, não é possível restituir a perdida juventude. Mas a bibliátrica, a arte de restaurar livros, está apta para curar graves lesões, cicatrizar feridas, revigorar e aumentar a vida dos exemplares mais ultrajados e arruinados pela idade.

"Há toda uma cirurgia plástica para recompôr textos, vinhetas e encadernações. Em outros tempos era de uso corrente tirar nos

livros antigos a primitiva encadernação quando esta se achava em mau estado e substituí-la por uma encadernação nova. Com o gôsto das encadernações históricas, passou-se a dar valor às antigas, considerando-se que uma encadernação, embora muito usada ou semi-deteriorada, desde que seja contemporânea do livro, conserva o caráter dêste muito melhor do que uma moderna.

"Cumpre à habilidade do restaurador a tarefa de remoçar as pastas, recompôr o couro estragado, restituir-lhe a primitiva tersura e reavivar-lhe os dourados. Isto depois de restaurar o texto, assim como as vinhetas e ilustrações, se as houver, com uma arte especial, com uma ciência de artífice chinês.

"Tivemos há pouco a surpresa de saber que existe em Belo Horizonte, não propriamente um profissional, mas um inteligente amante da bibliátrica, talvez o único em todo o Brasil nessa especialidade. Referimo-nos ao nosso amigo Aldo Borgatti, o artista do desenho que toda a cidade conhece.

"Conhecemos Aldo Borgatti há muitos anos. Não ignorávamos, como ninguém ignora, o seu talento de desenhista e decorador e sua mestria na arte fotográfica. E precisávamos, acima de tudo, os seus dons de conversador jovial e agradável. Mas não sabíamos, e muita gente que o conhece não o sabe, que o Aldo boêmio e trocista é um espírito engenhoso e original, inclinado à invenção, uma inteligência imaginativa e fértil em criações.

"Aldo Borgatti passou quatro anos doente, em casa, não podendo quasi sair. Quando não tinha com quem conversar, observava e matutava sobre isto e aquilo. Embora os homens práticos e ocupados pensem o contrário, nada há mais fecundo que a ociosidade; nos homens ricos de imaginação, bem entendido. Assim é que, enquanto passava horas inteiras, aparentemente perdidas, a olhar para o teto ou para dentro de si mesmo, Aldo Borgatti engenhava na mente as mais variadas invenções ou inovações.

"Não é, porém, do inventor que nos ocupamos aqui, e sim do especialista em reparação de livros. Borgatti mostrou-nos a restauração, por êle feita, dum texto carcomido e duma bela vinheta também roída pela traça, pertencentes a uma obra impressa no século XVII. O trabalho pareceu-nos o melhor que se pode desejar.

"Onde aprendeu Borgatti essa arte rara e nova? Aprendeu-a no Rio, na livraria dum bibliófilo opulento que possui alguns cimélios restaurados na Holanda. Vendo o trabalho dos artistas holandeses, fez depois Borgatti, para o mesmo bibliófilo, algumas restaurações, de todo em todo satisfatórias.

"A cirurgia plástica dos cimélios carcomidos, a ciência de prolongar a vida aos preciosos calhamaços já tem entre nós um especialista competente, um biblioterapeuta que conhece a sua delicada arte".

Que custaria ao governo aproveitar a capacidade de Aldo Borgatti para o serviço utilíssimo e urgentíssimo de restauração de tantos códices grandemente danificados do nosso Arquivo?

Borgatti poderia instruir e treinar uma turma de funcionários contratados *ad hoc* e *si et in quantum* para tão árdua e delicada especialidade.

Assim se salvariam da perda definitiva e iminente inúmeros manuscritos originais da maior importância e antiguidade e se daria a repartição de um serviço utilíssimo e talvez único em nossa pátria.

FOTOGRAFIA DE TEXTOS ANTIGOS

Outra providência que reputamos altamente benéfica para o Arquivo, e cujo custo é relativamente módico, é a aquisição de um aparelho capaz de permitir a fotografia de textos dos manuscritos e impressos, ainda mesmo desbotados, existentes na repartição a nosso cargo. Esse aparelho deve ser munido dos competentes acessórios: filtros, jogo de objetivas, iluminação própria para fazer ressaltar textos apagados, para compensar as diferenças de coloração e reviver as tintas antigas, para atender, em suma, às necessidades dessa natureza numa repartição cheia de documentos já grandemente danificados pelo tempo e pelo mau acondicionamento.

Os conhecidos fabricantes Zeiss e Leitz poderão fornecer o tipo conveniente quanto às dimensões e ao manejo.

A despesa com esse aparelho e seus pertences supramencionados e a respectiva montagem na repartição orçará por uns 6:000\$000 no máximo.

É óbvia a vantagem de semelhante aparelho que poupará muito tempo e trabalho necessários para a cópia dos textos pelo processo calcográfico, moroso e de resultado nem sempre satisfatório.

Confiamos que o atual Governo, que vem dispensando ao Arquivo a devida atenção, acolherá de bom grado esta e as demais sugestões aduzidas nesta já longa e mal ordenada introdução e lhes dará pronto e completo deferimento.

HOMENAGEM PÓSTUMA

Antes de terminar estas linhas devemos lembrar, em breves e afetuosas palavras, os diretores, já mortos, do Arquivo Público Mineiro: José Pedro Xavier da Veiga, seu fundador e primeiro diretor, notável jornalista, parlamentar e benemérito autor das "Efemérides Mineiras" e de tantos trabalhos magníficos esparsos em várias pá-

ginas desta Revista; Augusto de Lima, cerebração privilegiada, figura de relêvo e esplendor insigne na magistratura, no magistério, na administração, na tribuna parlamentar e, sobretudo, na poesia onde se alcançou a alturas raro atingidas pelos nossos melhores vates; Aurélio Pires, escritor dos mais finos quilates, professor doutíssimo, orador diserto e fluente, protótipo inconfundível e inesquecível da mais irradiante e fascinadora bondade; Mário de Lima, personificação de talento e de virtudes, falecido em pleno vigor da mocidade, e cuja inteligência e cultura se assinaram luminosamente no pretório, no poema, na cátedra, na tribuna e, sobretudo, no jornalismo onde se revelou arauto e paladino estrênuo e impávido das melhores causas e polemista vitorioso em todos os recontros; Adolfo Júlio Timburibá, austera figura de servidor do Estado, com fôlha de serviços honrosíssima, numa carreira longa e cheia de pontualidade e labor inexcedíveis; e, finalmente, em função mais modesta na repartição, o dr. Firmino Rodrigues da Silva Junior, filho e homônimo de um mineiro glorioso que teve a mais intensa e profícua atuação na política e na imprensa do 2.º Império. O nosso inesquecível companheiro, falecido em idade avançada, era médico e espírito dotado de sólida cultura humanística e de elevadas qualidades morais, em que predominava uma profunda e viva religiosidade. Deixou inéditos alguns trabalhos sobre assuntos históricos que oportunamente serão dados à publicidade.

A Aurélio Pires e a Mário de Lima rendemos homenagem especial com a transcrição, em outro lugar desta revista, de dois belos artigos em que os respectivos autores — Aires da Mata Machado, jovem e talentoso filólogo e publicista, e Azeredo Neto, proecto e conhecido jornalista, — expressiva e carinhosamente recordaram os dois queridos e pranteados diretores da nossa repartição.

Belo Horizonte, Julho 1937.

VISITA DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

O retardamento de cerca de seis meses na impressão desta Revista, motivado pela intercorrência de serviços de publicação do expediente da extinta Assembléia Legislativa e do Tribunal Eleitoral, permitiu podermos registrar, ainda nesta edição, a auspiciosa notícia da visita do sr. Governador do Estado ao Arquivo Público Mineiro no dia 8 do corrente mês de dezembro.

Acompanharam a s. excia. o seu oficial do Gabinete dr. Ciro dos Anjos e o sr. Major Ernesto Dorneles, chefe da Polícia do Estado de Minas.

Depois de percorrer e examinar todas as salas da repartição e de se informar do andamento dos serviços da mesma, s. excia. manifestou ao diretor o propósito, em que estava, de ordenar a remoção do arquivo para local mais adequado.

E, pois, podemos afirmar com segurança que, dentro em breve tempo, será radical e definitivamente remediada a angustiosa situação em que se debate o Arquivo, que tem recebido do atual governo o amparo mais benévolo e indispensável para que preencha os altos e patrióticos fins a que se destina.

PROFESSOR DE SUAVIDADE

(Aires da Matta Machado)

"Mestre Aurélio entre as rosas..." Que homem raro esse cujo retrato é um poema! E que poema! As palavras felizes de Pedro Nava, relidas agora, assumem toda a força do seu significado, depois que o bondoso amigo foi levado para longe distância do irremediável afastamento.

Sob a sugestão de dois poemas — esse que a morte terminou e o que acabo de reler — é que evoco para minha saúde e para esse preito a figura de Aurélio Pires.

Foi minha primeira admiração literária. Ainda hoje lhe sou fiel, e eu sei que só crescerá, pela vida a fora, à proporção que os anos me iluminarem a compreensão.

O primeiro sentimento que esta morte me trouxe foi de remorso. Não; a morte talvez não seja triste em si. E' peremptória e inapelável, quando sentença, não tem contemplação; mas a grande dor dos que ficam é não terem dado o merecido aprêço à vida que fenecce. Si os mortos avultam, si crescem às vezes, excessivamente, é porque se torna de indistigável saliência a grande pequenez dos que lhes sobrevivem.

Longe daqui, ultimamente, nunca deixei de o ler. Mas os cartões que lhe dessem o sinal de minha fidelidade ficavam na boa intenção malograda. As maiores injustiças têm o caráter de omissão.

No entanto, os deveres de amizade, pontualmente cumpridos, é que podem tornar habitável este triste mundo, principalmente para os que, tendo a má fortuna de viver do pensamento numa época de força bruta, vão palmilhando dificultosamente este escorregadio vale de lágrimas. Para o escritor, ainda para os atreídos, vale muito, vale tudo uma palavra amiga.

Visitar, uma vez por outra, o prof. Aurélio Pires tinha para mim força de devoção. Essa alma generosa levava a sério as coisas que eu publicava com a ingênua audácia de quem trata de tudo, exa-